



**Exma. Senhora**

**Presidente da Comissão de Administração**

**Pública, Ordenamento do Território e Poder Local**

**Deputada Isaura Morais**

### **REQUERIMENTO**

Nos passados dias 5 e 6 de dezembro, em cumprimento do seu plano de atividades, a 13ª Comissão Permanente da Assembleia da República reuniu com a Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes, em Bragança. Esta Comunidade Intermunicipal é formada pelos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais. Após uma reunião conjunta, a 13ª Comissão teve ocasião de visitar todos os nove municípios, ouvindo assim os seus presidentes de Câmara Municipal.

Nesta atividade, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve a oportunidade de confirmar a sua prioridade para a Coesão Territorial, constatando, uma vez mais, que o interior do País, continua a apresentar indicadores que demonstram o despovoamento do território, apesar do enorme esforço do Governo, e que justificam uma maior concentração de políticas do Estado, que permitam reforçar o caminho para um equilíbrio indispensável ao desenvolvimento sustentável e coeso de Portugal.

Os Governos do Partido Socialista introduziram na sua orgânica, a área governativa da Coesão Territorial, pois há um conjunto de áreas críticas que devem enquadrar as intervenções públicas, como sejam a identidade dos lugares, a organização do tecido urbano, a disponibilidade de serviços de interesse geral, a qualificação do espaço



público, a disponibilidade e tratamento de espaços verdes, a mobilidade, a habitação, entre outros. Daí a importância, na Coesão Territorial, no apoio à política de cidades, de surgir a articulação urbano-rural, que assume cada vez mais importância, considerando a provisão eficiente e eficaz de serviços de interesse geral, mas também a relevância crescente de espaços rurais/não urbanos para a resolução de problemas de congestionamento e outros dos centros urbanos.

Um esforço de valorização dos territórios do Interior é necessário, nomeadamente através da mobilização do conhecimento, da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do reforço do empreendedorismo nas atividades tradicionais, bem como na atração de novas atividades económicas, conduzindo à necessária diversificação da atividade económica e social dos territórios, justificando assim por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista uma atenção redobrada, determinando a iniciativa de promover este requerimento, solicitando, nos termos legais e regimentais aplicáveis, a Audição em Comissão da Senhora Ministra da Coesão Territorial.

Palácio de São Bento, 9 de dezembro de 2022

As Deputadas e Os Deputados,

Berta Nunes

Sobrinho Teixeira

Pedro Cegonho

Susana Amador